



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140993 - SP (2021/0004283-0)

**RELATOR** : MINISTRO NEFI CORDEIRO  
**RECORRENTE** : LUCAS MARINHO DOS SANTOS APOLINÁRIO (PRESO)  
**ADVOGADO** : EDUARDO FERRARI GERALDES - SP215741  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por LUCAS MARINHO DOS SANTOS APOLINÁRIO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Processo n. 2249562-62.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante, em 6 de outubro de 2020, e denunciado como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Irresignada com a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal local, tendo sido denegada a ordem.

Aduz o recorrente a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente da decretação da medida extrema, argumentando a ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar, a insuficiência de fundamentação do decreto prisional e a situação de risco causada pela pandemia de covid-19.

Requer a concessão de medida liminar para que seja colocado em liberdade. No mérito, requer o provimento do recurso para que seja revogada, em definitivo, a prisão cautelar impugnada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente